



234  
20

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0259196-6

EMBARGANTE: Teófilo Rodrigues Barbalho Júnior

EMBARGADO (S): Estado de Pernambuco e Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco - IAUPE

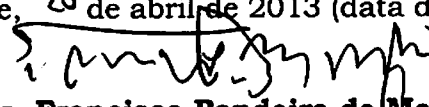
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Da leitura do acórdão ora embargado, verifica-se que as questões submetidas a este Tribunal foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões apontadas, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes. 2. Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC). 3. Nesse contexto, é cediço que houve apreciação da questão pelo judiciário, tendo sido assegurado ao embargante a inafastabilidade do controle jurisdicional, de forma que restou plenamente observado o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, ainda que o desfecho lhe tenha sido desfavorável. 4. No mesmo sentido, o princípio da legalidade restou devidamente respeitado pela administração, de vez que foram observadas todas as regras postas no edital do certame, inexistindo, nesse contexto, ofensa ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal. 5. De igual sorte, tem-se que a convocação de candidatos para realização dos exames médicos em número correspondente a três vezes o quantitativo de vagas apresenta-se condizente com o princípio da razoabilidade, sendo certo que a nota obtida pelo embargante não o colocou dentre os candidatos convocados para a região pelo mesmo escolhida (RD 12). 6. De fato, nos termos do acórdão embargado, nenhum candidato com a mesma nota do embargante (56,00) restou convocado para realização dos exames médicos na região escolhida pelo mesmo, posto que a menor nota de convocação para sua região foi 58,00, de sorte que a administração não teria necessidade de realizar processo de desempate com candidatos cujas notas não atingiam o número de convocação estabelecido pelo edital. 7. Nesse contexto não se vislumbra a alegada ofensa ao princípio da publicidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal). 8. Embargos conhecidos porém improvidos, à unanimidade.//

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0259196-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



232  
no

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

ED na Ap Nº: 0259196-6

EMBARGANTE: Teófilo Rodrigues Barbalho Júnior

EMBARGADO (S): Estado de Pernambuco e Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco - IAUPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos por Teófilo Rodrigues Barbalho Júnior, em face de acórdão que **negou provimento** ao seu **apelo**, mantendo a sentença recorrida.

Argúi o ora embargante que o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, por não haver se pronunciado acerca: (a) do controle pelo Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF); (b) do princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da CF); (c) do princípio da razoabilidade; e (d) do princípio da publicidade (art. 37, *caput*, da CF).

No mais, repisa todos os argumentos tecidos em suas razões de apelação.

Pugna, em arremate, pela atribuição de efeitos infringentes ou pelo prequestionamento explícito das questões acima apontadas, com o fito de abertura das vias superiores.

É o essencial a relatar.

O acórdão embargado restou assim ementado:

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. 1. Rejeitou-se a preliminar de necessidade de citação dos demais candidatos aprovados, na qualidade de litisconsortes passivos necessários, de vez que o pedido formulado pelo apelante não implica em alteração da ordem de classificação. 2. O certame em questão foi realizado de forma regionalizada e o apelante concorreu a uma das 153 vagas existentes para a Região de Desenvolvimento Metropolitano (RD 12), conforme previsto no Anexo I do edital de regência, o que corresponde à convocação de 459 candidatos para realização dos exames médicos, nos termos da regra prevista no item 5.6.1. 3. O apelante logrou a classificação de nº 561, correspondente à sua pontuação de 056,00 na prova escrita. 4. Foram convocados 459 candidatos da Região RD 12 para realização dos exames médicos, já considerados os empates na última posição, e a menor nota obtida dentre ditos candidatos convocados foi 58,00 pontos, ou seja, acima da nota obtida pelo apelante. 5. Nesse contexto, concluiu-se por observadas as normas editalícias, inexistindo preterição do apelante ou quebra do princípio da isonomia. 6. Apelo improvido.

Da leitura do acórdão ora embargado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões submetidas a este Tribunal foram devidamente analisadas, inexistindo as omissões apontadas, sendo certo, ademais, que o *decisum* em tela assenta-se em fundamentos suficientes.



233  
8

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, é cediço que *“o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.”* (Superior Tribunal de Justiça: EDcl no REsp 856315/SC).

Nesse contexto, é cediço que houve apreciação da questão pelo Judiciário, tendo sido assegurado ao embargante a inafastabilidade do controle jurisdicional, de forma que restou plenamente observado o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, ainda que o desfecho lhe tenha sido desfavorável.

No mesmo sentido, o princípio da legalidade restou devidamente respeitado pela Administração, de vez que foram observadas todas as regras postas no edital do certame, inexistindo, nesse contexto, ofensa ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

De igual sorte, tem-se que a convocação de candidatos para realização dos exames médicos em número correspondente a três vezes o quantitativo de vagas apresentase condizente com o princípio da razoabilidade, sendo certo que a nota obtida pelo embargante não o colocou dentre os candidatos convocados para a região pelo mesmo escolhida (RD 12).

Observo, por fim, nos termos do acórdão embargado, que nenhum candidato com a mesma nota do embargante (56,00) restou convocado para realização dos exames médicos na região escolhida pelo mesmo, posto que a menor nota de convocação para sua região foi 58,00, de sorte que a administração não teria necessidade de realizar processo de desempate com candidatos cujas notas não atingiam o número de convocação estabelecido pelo edital.

Nesse contexto não se vislumbra a alegada ofensa ao princípio da publicidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes provimento.**

Recife, 27 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator